



Comissão Brasileira Justiça e Paz
Vinculada à Comissão Pontifícia
Justiça e Paz - Roma
Relacionada com a Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil



Programa Justiça Econômica

CONSTRUAMOS A JUSTIÇA E A PAZ

Nos últimos dias, uma série de violências chama a atenção da sociedade brasileira, são fatos que impõem reflexões acerca da dignidade da pessoa e da sua titularidade dos direitos humanos.

Os episódios, por demais sabidos, dos quais destacamos a barbárie ocorrida em Manaus, evidenciam uma certa cumplicidade social ante as violências. É claro que não se pode deixar de responsabilizar o Estado, por intermédio do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Lamenta-se que as instituições, por seus dirigentes, sejam incapazes de operarem a custódia de mulheres e homens condenados — em condições humanitárias — conforme as normas legais pertinentes no país e os regulamentos internacionais.

Não podemos silenciar ante o desrespeito à pessoa (violências), expresso em ofensas psíquicas, morais e físicas, contra mulheres, negros, indígenas, deficientes e outros segmentos vitimados por preconceitos. Desrespeito que se estende à sociedade de um modo geral, por intermédio da corrupção e da desordem administrativa que desestrutura os sistemas, a exemplo de: educação, mobilidade nas cidades e nos campos, saúde.

De outra parte, os atores da atividade política ao deixarem de corresponder aos anseios de todos na perspectiva do bem comum, não honram mandatos, tornam-se cúmplices das violências.

Com efeito, a CNBB em sua mensagem por ocasião do Ano Novo, revela: *“Posturas que privilegiam interesses pessoais, partidários e corporativos, em detrimento do bem-comum, debilitam o Estado e alimentam as injustiças sociais. Precisamos de um novo modo de fazer política, a serviço do povo. A credibilidade da política exige o resgate da ética”*.

A propósito dos massacres em Manaus e Roraima, o Papa Francisco manifesta-se pela reeducação e reintegração social dos apenados. As prisões não devem ter apenas o caráter de punição por delitos cometidos, mas de reconciliação do interno com a sociedade.

É importante lembrar a posição da CNBB expressa em nota pública: *“Pedimos às autoridades competentes a rigorosa apuração dessa tragédia, na sua complexidade conjuntural e estrutural, e, acima de tudo, a busca de um sistema penitenciário mais justo, digno e humano”*.

Na sua mensagem de celebração do 50º Dia Mundial da Paz, de 1º de Janeiro de 2017, o Papa propõe a opção pela não-violência, quando homens e mulheres se encontrarão na caminhada da globalização da solidariedade, entre todos os povos, nações e estados: *“Sejam a caridade e a não-violência a guiar o modo como nos tratamos uns aos outros nas relações interpessoais, sociais e internacionais”*.

Prossigamos juntos na missão de servir.

Sejamos fiéis aos postulados democráticos, na busca de uma sociedade pautada na tolerância, na diversidade e na igualdade.

Defender a democracia, os direitos humanos, o respeito à cidadania nas cidades e nos campos e construir a Rede Brasileira de Justiça e Paz é compromisso assumido no nosso XV Encontro Nacional de Comissões Justiça e Paz, realizado de 18 a 20 de Novembro, sob cuja inspiração estamos trabalhando.

Brasília, 6 de janeiro de 2017

Fraternalmente,
Carlos Moura